

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 81/XI (PSD) — CONSTRUÇÃO DE UM CAIS DE
CRUZEIROS NA ILHA TERCEIRA, NO MOLHE NORTE DO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3044 Proc. n.º 109
Data:	018, 09, 07 N.º 81, XI

PONTA DELGADA
7 DE SETEMBRO DE 2018



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu nos dias 21 e 22 de junho de 2018, na Delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira, e com recurso a videoconferência, a fim de analisar e dar parecer sobre o **“Projeto de Resolução n.º 81/XI (PSD) — Construção de um cais de cruzeiros na ilha Terceira, no molhe norte do Porto da Praia da Vitória”**.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O presente Projeto de Resolução, cuja autoria pertence ao Grupo Parlamentar do PSD, foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.

2.º. CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O proponente, em sede de exposição de motivos, começa por relembrar que “Foi no ano de 2008 que, pela primeira vez, se começou a discutir a possibilidade da construção de um Cais de Cruzeiros na Ilha Terceira.”

Posteriormente, refere-se que “No início do Ano de 2014, o Governo Regional dos Açores assume que desiste de construir, em Angra do Heroísmo, o Cais de Cruzeiros da Ilha Terceira, não o incluindo no Plano Integrado de Transportes.”

Mais recentemente, salienta-se que “Em julho de 2017, a Câmara Municipal da Praia da Vitória apresentou um estudo de viabilidade da construção do Terminal de Passageiros (cruzeiros e inter-ilhas) da Ilha Terceira, a localizar no “porto dos americanos”, defendendo que “esta infraestrutura contribuirá significativamente para a promoção do emprego e consequente desenvolvimento socioeconómico da Ilha e da Região”.



Neste sentido, entende-se que “Este é um projeto estruturante para a Ilha Terceira e, sobretudo depois da redução do efetivo militar americanos nas Lajes, fulcral para a recuperação económica e social do Concelho da Praia da Vitória.”

Por fim, considera-se que “A realização deste investimento fomenta a criação de um circuito regional para cruzeiros, gerando um efeito multiplicador para os 3 terminais: Ponta Delgada, Horta e Praia da Vitória – o que torna este projeto, num projeto de interesse estratégico regional.”

Assim, a iniciativa ora em apreciação visa, em concreto, o seguinte:

- “Recomenda que o Governo Regional dos Açores construa, no molhe norte do porto da Praia da Vitória, (também conhecido por porto dos americanos) um Terminal de Passageiros (cruzeiros e inter-ilhas) nos moldes em que tal investimento foi estudado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, promovendo para tal, toda a articulação necessária entre as diferentes entidades competentes e os diversos níveis de responsabilidade sobre aquela parte do porto e baía da Praia da Vitória.”

Diligências efetuadas:

A Comissão de Economia, sobre esta matéria, deliberou proceder à audição das seguintes entidades:

- **Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo (CCIAH);**
- **Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (CMPV);**
- **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP) e representante da Portos dos Açores S.A.**



A Comissão de Economia solicitou ainda os seguintes pareceres por escrito:

- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;
- Conselho de Ilha da Terceira.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 21 de junho de 2018, na delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira, e com recurso a videoconferência, procedeu à audição do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo (CCIAH), Rodrigo Rodrigues.

O Deputado Luis Rendeiro fez a apresentação da iniciativa do PSD, destacando os pontos resolutivos e o facto do turismo de cruzeiros ser importante, tendo em conta o seu crescimento. Considera que a ilha Terceira não deve ficar fora do turismo de cruzeiros e tem condições ideais para receber os turistas, sendo a Praia da Vitória a localização ideal e aceite por todos, na Ilha Terceira, tendo pedido ao Presidente da CCIAH a sua opinião.

O Presidente da CCIAH afirmou que os empresários são favoráveis à construção de um cais de cruzeiros na Ilha Terceira e só não existiu um cais de cruzeiros na Terceira, mais cedo, porque não houve acordo entre as Câmaras Municipais da Ilha Terceira, ou seja, por culpa dos Terceirenses.

Entende ainda que não foram feitos estudos e inquéritos aos turistas de cruzeiros, sobre o retorno para a Região, pelo OTA – Observatório do Turismo dos Açores, sobre os gastos realizados pelos passageiros, em terra, para além dos gastos feitos pelas companhias e operadores de cruzeiros, de forma a apurar o retorno para a economia real. Referiu ainda que a melhoria da infraestrutura irá permitir qualificar a oferta.

A Deputada Graça Silveira questionou quando é que se consegue recuperar o investimento no Cais de Cruzeiros e se para o tornar rentável, quais são as outras infraestruturas necessárias. Questionou também se os maiores consumidores são os clientes dos navios ou as tripulações.



Em resposta, o Presidente da CCI AH afirmou que ter as lojas fechadas é um problema, mas que pode ser resolvido depois. Indicou que com mais escalas, fica mais fácil e mais rápido recuperar o investimento, pois se existirem clientes irão surgir mais empresários para aproveitar o negócio. Acrescentou que, em média, cada cruzeiro tem um tripulante por cada dois clientes.

De seguida, o Deputado Paulo Mendes questionou se, sendo apenas um porto de escala para cruzeiros e não de partida e de chegada, quais as grandes vantagens para a economia da Terceira, ao nível de mais valias, de postos trabalho a criar. Perguntou ainda pela capacidade instalada ao nível da reparação naval.

O Presidente da CCI AH indicou que um turista de cruzeiros gasta, em média, cerca de 100 euros, em escala, dos quais cerca de 50% são gastos no comércio e 30% em excursões, entre outros, o que provoca um efeito multiplicador na economia regional. Acresce que já existem alguns cruzeiros que possibilitam aos passageiros iniciar a viagem em Ponta Delgada, além do que tem sido feito um trabalho interessante na promoção do turismo de cruzeiros nos Açores.

Acrescentou que mesmo que o valor gasto por turista seja inferior a 100 euros, já é um valor importante para a economia. Disse ainda que não sabe se temos capacidade de reparação naval, embora as companhias de cruzeiras já disponham de meios próprios.

Depois, o Deputado António Toste Parreira perguntou se entre Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, qual teria a melhor relação custo/benefício para a localização do cais de cruzeiros.

Em resposta, o Presidente da CCI AH disse que defende um cais de cruzeiros na Terceira e neste momento faz sentido que seja localizado na Praia da Vitória, ainda que não saiba o valor do investimento total, nem o retorno dos cruzeiros nos Açores. Considera, contudo, que vale apenas o investimento.

Posteriormente, o Deputado António Vasco questionou se a CCI AH entende que a definição do custo/benefício é tão importante neste projeto do cais de cruzeiros.

Já o Deputado Luis Rendeiro fez referência aos estudos elaborados pela empresa CONSULMAR, que previam um investimento para o cais de cruzeiros, na Praia da Vitória, entre 10 a 20 milhões de euros, em função dos cenários, e com uma taxa de comparticipação de 85%. Já para a



construção do cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo foi estimado um custo entre 60 a 70 milhões de euros. Perguntou qual era a opinião sobre os números apresentados.

Depois, o Deputado Paulo Mendes perguntou sobre os benefícios deste investimento e se estes navios de cruzeiros podiam ser abastecidos no mercado regional, por produtos locais.

O Presidente da CCIAH respondeu que usando as infraestruturas existentes a análise custo/benefício fica mais favorável e que o investimento deve ser feito de forma mais célere possível, racionalizando as infraestruturas existentes.

A terminar, disse que uma parte do abastecimento dos cruzeiros, de produtos, pode ser feita nos Açores, através de negociação entre os armadores e empresários.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 22 de junho de 2018, na delegação da ALRAA em Angra do Heroísmo, Terceira, e com recurso a videoconferência, procedeu às seguintes audições:

- **Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória (CMPV), Tibério Dinis.**

O Deputado Luis Rendeiro apresentou a iniciativa em nome do PSD, realçando que quem apresentou a proposta e fez os estudos foi a Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Depois, o Presidente da Autarquia fez o histórico do projeto e mencionou que o estudo de viabilidade foi apresentado há um ano atrás, ainda que não tenha o projeto de arquitetura. Disse que a Ilha Terceira precisa de uma solução para o turismo de cruzeiros, com um porto de cruzeiros, sendo que a solução da Praia da Vitória surge no momento certo, aproveitando uma oportunidade existente, com o espaço disponível pelo EUA e pelo Governo da República.

O Autarca entende ainda que a infraestrutura militar deve ser usada com algumas condições, para potenciá-la para o turismo de cruzeiro, sendo que a CMPV defende o uso partilhado do cais, entre a função militar e o uso civil, com um regime de prioridades para uso militar, como acontece com a aerogare.



Neste sentido, o Autarca apresentou como principais argumentos e vantagens a favor do cais de cruzeiros na Praia da Vitória:

- Proximidade do centro da cidade da Praia da Vitória;
- Ganhos de eficiência;
- Existência do molhe de proteção e da bacia de manobra, com as obras de mar já realizadas;
- O estudo de viabilidade realizado prevê um investimento entre 10 a 20 milhões de euros, em função dos cenários e das soluções:
 - Solução A: no valor mínimo de 10 milhões de euros, é mais barata e mantém o atual cais;
 - Solução B: até 20 milhões de euros, prevê a demolição total e a construção do novo cais, com todas as infraestruturas novas;
- Em comparação com outros cais e locais, estas duas soluções custam um terço do valor do terminal de PDL (63 milhões de euros), ou o terminal da Horta (47 milhões de euros);
- A CMPV não será a dona da obra e estará disponível para libertar o seu plafond dos fundos comunitários (cerca de 30%, três milhões de euros).

Contudo, o Presidente da CMPV apresentou como dificuldades do projeto, o facto de não saber a posição oficial do Governo da República e dos EUA, bem como a necessidade de analisar o impacte ambiental na praia próxima, de modo a avançar o mais rapidamente possível.

A seguir, o Deputado Luis Rendeiro afirmou que o estudo técnico foi efetuado pela Consulmar e perguntou se, tendo em conta os concursos existentes, a vários níveis, o que é que ainda falta fazer para avançar com o projeto, dado que foi um partido da oposição (PSD) que apresentou este Projeto de Resolução. Questionou, também, se considera que este é um projeto de alavancagem da economia regional, tendo em conta o crescimento do turismo de cruzeiros.



Em resposta, o Autarca afirmou que existe uma janela de oportunidade relacionada com o novo Comando da Base dos EUA, do novo Embaixador dos EUA, bem como dos próximos períodos eleitorais, entre oito meses a um ano. Neste sentido, entende que deve existir três intervenientes aliados (EUA, Governo da República e Governo dos Açores), com unanimidade nesta matéria, além do que a Portos dos Açores tem vindo a estudar as melhores soluções.

Acrescentou ainda que o projeto é estruturante e mesmo com as atuais condições já tem sido possível receber cruzeiros, ainda que uma parte substancial do turismo de cruzeiros, na Terceira, tem sido de pessoas com mobilidade reduzida, o que implica outras condições e a melhoria das acessibilidades. Informou ainda que são necessários vários autocarros para transportar os clientes dos cruzeiros e que os navios só atracam por necessidade ou para garantir a rentabilidade do operador.

O Deputado Luis Rendeiro voltou a intervir para perguntar se é urgente a aprovação desta resolução e de todos os passos subsequentes e se a gare tem as condições adequadas para o transporte de ferry inter-ilhas.

O Presidente da CMPV respondeu que a componente técnica da despesa tem um papel muito importante e o seu parecer positivo é muito importante. A solução do cais deve contemplar uma nova gare para os passageiros, de forma a melhorar as condições.

Depois, a Deputada Mónica Rocha afirmou que esta é uma promessa que será cumprida pelo Partido Socialista, perguntando se o projeto da Portos dos Açores no porto *POL* é do agrado da Câmara Municipal, se terá impacto económico a nível local, com a criação de emprego, de forma direta e indireta, e qual será a evolução do número de cruzeiros a receber, nos próximos anos.

Em resposta, o Autarca disse que o projeto da Portos dos Açores é do agrado da Câmara Municipal da Praia da Vitória e que a empresa pública tem feito um trabalho muito bom. Foram estimados cerca de 40 a 50 postos de trabalho. O porto *POL* está classificado como local contaminado e com o projeto ficaria resolvido e descontaminado. Os cancelamentos dos cruzeiros têm sido residuais e até têm recebido mais cruzeiros, face ao previsto inicialmente, com impacto positivo para a economia da Terceira.

Por sua vez, o Deputado Paulo Mendes questionou o motivo de se considerar irrealista a utilização exclusiva do porto para uso civil, pedindo ainda a opinião sobre uma eventual



utilização militar mais intensiva, do atual porto. Perguntou, também, quem fará a descontaminação do espaço do porto *POL*, tendo em conta a utilização prevista.

O Presidente da CMPV declarou que, parte do pressuposto, que a Base das Lajes será uma infraestrutura a manter a médio, longo prazo, devido à sua posição geoestratégica para os EUA e para a Força Aérea Portuguesa, pelo que presume que terá sempre uma função militar. Além disso, considera que a Base das Lajes terá de ser sempre abastecida no porto.

Relativamente à contaminação, disse que o local identificado como contaminado não é dos mais críticos e que o local só poderá ser devolvido/cedido devidamente descontaminado pelos EUA, tal como já aconteceu noutros locais afetos ao uso civil.

A seguir, interveio a Deputada Graça Silveira para mencionar que o CDS sempre defendeu o cais de cruzeiros no Porto da Praia da Vitória e que o desembarque feito no inter-ilhas não é mais o adequado. Questionou se o estudo de viabilidade prevê que a Praia da Vitória seja também um porto de destino de cruzeiros e não só de escalas e qual o modelo de partilha com os militares.

A Deputada perguntou, ainda, se não seria interessante fazer a requalificação total do Porto da Praia da Vitória, bem como a modernização dos equipamentos do porto.

O Presidente da CMPV afirmou que é importante dar resposta ao inter-ilhas de passageiros, com a requalificação e separação dos passageiros e da carga, além do que o custo previsto de 10 milhões de euros é pouco, comparando com outras gares construídas na RAA, sendo que os recursos da Autarquia são limitados.

Afirmou ainda que para um verdadeiro estudo de mercado são necessárias mais informações e que o modelo de partilha pode ser variável, como existe na aerogare das Lajes ou no Cais Nato de Ponta Delgada, este último como o modelo mais indicado.

Posteriormente, o Deputado Luis Rendeiro questionou se faz sentido introduzir alterações ao diploma, para o melhorar.

O Deputado Carlos Silva perguntou se existem autocarros suficientes para responder aos picos de procura dos cruzeiros e se será necessário efetuar algum ordenamento, em função da enorme afluência verificada.



Em resposta, o Presidente da CMPV disse que tem sido feito um excelente trabalho da Portos dos Açores, dos operadores e empresas proprietárias dos autocarros, em parceria. Entende que são necessários autocarros articulados, para as pessoas com mobilidade reduzida, sendo fundamental garantir o investimento e a solução para o turismo de cruzeiros no Porto da Praia da Vitória, o mais rápido possível.

- **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (SRTOP), Ana Cunha, acompanhada pelo Vogal da Portos dos Açores, João Vargas.**

O Deputado Luis Rendeiro apresentou a iniciativa em nome do PSD, realçando a urgência em avançar com este projeto.

Posteriormente, a SRTOP afirmou que foi conseguido um amplo consenso para a localização do cais de cruzeiros e ferry na Praia da Vitória e que a empresa Portos dos Açores tem estudado várias soluções, onde se inclui a hipótese do cais dos “Americanos”.

O Eng. João Vargas acrescentou que a Portos dos Açores estudou três soluções:

- Solução A: molhe norte, cais dos EUA, que permite atracar navios de cruzeiros até 340 metros;
- Solução B: junto à praia da Riviera;
- Solução C: junto ao terminal de cimento.

As três soluções estudadas não estão muito distantes, na análise multicritério, sendo que a solução mais valorizada e que potencia o investimento é a solução A.

Depois, o Deputado Luis Rendeiro perguntou o que ainda falta fazer, para concretizar o investimento e se é possível ter um terminal/gare adequado para o transporte inter-ilhas de passageiros.



Em resposta, a SRTOP disse que falta “transpor a barreira diplomática”, sem prejuízo de alguns aperfeiçoamentos dos estudos realizados. Acrescentou que não tem informação detalhada sobre a autorização dos “Americanos”.

A seguir, a Deputada Mónica Rocha realçou os constrangimentos sentidos no cais atual, tendo perguntado de que forma se está a tentar minimizar estes problemas, de forma a manter o porto atrativo. Perguntou, também, sobre o impacto económico estimado para este projeto, ao nível da criação de emprego.

O Eng. João Vargas respondeu que o atual porto da Praia da Vitória não é muito “fotogénico” ou comercial, pelo que é importante evitar coincidir as mercadorias com os passageiros, de cruzeiros ou inter-ilhas. Acrescentou que os autocarros são fundamentais para a estratégia do turismo de cruzeiros e que não realizaram ainda o estudo económico, mas que será efetuado nas fases seguintes.

O Deputado Luis Rendeiro voltou a intervir de forma a questionar se foi feita uma proposta concreta, nas cimeiras bilaterais entre Portugal e os EUA, para a cedência ou utilização oficial dos cais dos EUA.

A terminar, a SRTOP respondeu que ainda não tem uma proposta formal.

A Comissão de Economia recebeu os seguintes pareceres por escrito:

- Câmara Municipal de Angra do Heroísmo;
- Conselho de Ilha da Terceira.



3.º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer de **abstenção, com reserva de posição Plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite favorável relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do CDS/PP** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição Plenário**, relativamente à presente iniciativa.

O **Grupo Parlamentar do BE** emite **parecer de abstenção, com reserva de posição Plenário**, relativamente à presente iniciativa.



4.º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos a favor do PSD e a abstenção, com reserva de posição para Plenário, do PS, CDS-PP e BE, emitir **parecer favorável com reserva de posição para Plenário**, relativamente ao presente Projeto de Resolução.

Ponta Delgada, 7 de setembro de 2018.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi **aprovado por unanimidade**.

Ao presente relatório são anexos os pareceres por escrito.

O Presidente

Miguel Costa



MUNICIPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

<REGISTO / CC/ AR / PROTOCOLO>

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão Permanente de
Economia da Assembleia Legislativa Regional
micosta@alra.pt

S/ Ref.	S/ Data	N/ Ref.	Data
2149	2018-05-16	2391/ <Inl>	Angra do Heroísmo, 2018-06-01

ASSUNTO: PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 81 XI - CONSTRUÇÃO DE UM CAIS DE CRUZEIROS NA ILHA TERCEIRA, NO MOLHE NORTE DO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA.

Em resposta ao ofício em referência encarrega-me o Senhor Presidente da Câmara Municipal de informar V. Ex.ª que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo já aprovou por unanimidade, em reunião de 11 de maio de 2018, uma pronúncia por iniciativa própria sobre a matéria, que se anexa, constituindo a mesma o nosso parecer sobre o assunto.

Com os melhores cumprimentos,

A CHEFE DO GABINETE,

HELENA MARIA DA ROCHA DA COSTA

Anexo: o referido
/HC

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>2046</u>	Proc. n.º <u>109</u>
Data: <u>018/06/05</u>	N.º <u>81/XI</u>



Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Pronúncia por iniciativa própria sobre assuntos de interesse para a Ilha Terceira e o Concelho de Angra do Heroísmo, em particular.

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua reunião extraordinária de 11 de maio de 2018, analisou, ao abrigo da alínea n) do artigo 2.º do seu Regimento, a situação relativa aos transportes aéreos e marítimos e as respetivas infra-estruturas de apoio, bem como as suas implicações diretas para a ilha Terceira e, em particular para o Concelho de Angra do Heroísmo.

Considerando haver um conjunto de necessidades, e dificuldades, já há longos anos identificadas, de tal forma que, já todas elas mereceram sucessivas cabimentações, ainda não executadas, em inúmeros Planos e Orçamentos da Região Autónoma dos Açores;

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo entende ter chegado o momento de, com a máxima urgência, uma vez que os prejuízos para as pessoas e para a economia da Ilha Terceira, e por consequência, do Concelho de Angra do Heroísmo, a isso obrigam, pronunciar-se acerca do seguinte conjunto de situações, as quais exigem, por parte do Governo Regional dos Açores, a concretização imediata dos compromissos há muito assumidos para com a Ilha Terceira;

1 - Transportes marítimos

- a) A Linha Lilás que foi, é, e continuará a ser uma ligação de extrema importância para as ilhas do Grupo Central que, de resto, durante décadas, viveram exclusivamente das ligações marítimas operadas

pelos navios Terra-Alta, Espírito Santo, Ponta Delgada, Santo Amaro, etc.

As ilhas do Grupo Central, no seu conjunto, têm uma população que ultrapassa os cem mil habitantes. Como tal, o progresso económico e o desenvolvimento social das mesmas, exige um reforço e melhoria das ligações marítimas entre elas, de modo a permitir o transporte regular de pessoas e mercadorias, valorizando, assim, o melhor que cada uma das ilhas produz e unindo as populações.

O transporte marítimo no Grupo Central pode, e deve, ser complementar ao transporte aéreo, desde logo para quem cá vive, mas também para quem nos visita, potenciando o mercado interno e contribuindo para alavancar o sector do Turismo, cujo crescimento se quer cada vez mais sustentado.

- b) A construção de uma rampa “ro-ro”, no Porto das Pipas, está, há muito, contemplada nas propostas de investimento da Região, mas, infelizmente, continua por concretizar.

As ligações inter-ilhas são, como já foi referido, cruciais, quer na promoção do turismo nos Açores, quer, na promoção do mercado interno. Não se entende, e não se aceita, esta inexplicável demora no início da construção desta estrutura, enquanto se anunciam publicamente novas obras, noutros portos, menos necessitados de infraestruturas complementares às muitas já lá existentes.

2 - Transportes aéreos

- a) Condenamos o cancelamento, por parte da Azores Airlines, da ligação directa entre a ilha Terceira e a Cidade do Porto, quando se reforçam as ligações de uma só ilha ao exterior. A decisão da companhia aérea pública regional teve inegáveis consequências negativas, quer para os residentes que tenham necessidade de demandar o Porto, quer, sobretudo, para o fluxo turístico do Norte do País que, de outra forma,

terá maiores dificuldades em escolher, como local de férias, as ilhas do Grupo Central.

Não se entende, nem se aceita, que a Azores Airlines tenha reduzido as ligações entre a Terceira e Lisboa para apenas três voos por semana, para depois voar para Frankfurt; e suprimido o voo Terceira-Porto para voar para Cabo Verde, contrariando assim o reforço da actividade da Azores Airlines na Ilha Terceira, como é há muito defendido para esta Ilha.

Do mesmo modo, foi prejudicial para a economia da Ilha, o abandono por parte da Azores Airlines da operação charter com Madrid, que obrigou a que se tivesse de recorrer a outra companhia aérea, de modo a não perder aquele mercado emissor de turistas.

- b) Todavia a importância do transporte aéreo não se esgota na deslocação de pessoas. É preciso ter presente a sua importância para a rápida expedição, em condições de qualidade, de bens perecíveis, exportados a partir do Concelho de Angra e da Ilha Terceira.

Preocupa-nos o facto dos concursos para a concessão do transporte de carga aérea, de e para os Açores, terem sido um fracasso, na medida em que não têm aparecido concorrentes.

De igual modo manifestamos a nossa preocupação pela demora na construção de um novo terminal de carga na aerogare civil do aeroporto das Lajes, com manifesto prejuízo para os exportadores e comerciantes terceirenses e para o desenvolvimento económico da nossa ilha.

O recente anúncio de que o diferendo que existia com as autoridades militares tinha sido ultrapassado e que decorria todo o processo concursal para o início da obra, constitui uma esperança quanto à sua rápida construção.

De igual forma importa solucionar o desalfandegamento das mercadorias transportadas via CTT que, inexplicavelmente, continuam a ser encaminhadas via Ponta Delgada, causando prejuízos para a actividade económica e para a qualidade de vida da população.

A Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão extraordinária para o efeito, pronuncia-se por direito próprio e ao abrigo das disposições legais e regimentais, nos seguintes termos:

1 - Ligações de carga aérea e marítima para o exterior

- a) O Governo Regional deve avançar com a construção do terminal de cargas no aeroporto das Lajes;
- b) O Governo Regional deve assegurar o serviço de um avião cargueiro inter-ilhas, para garantir o escoamento e a distribuição da carga aérea;
- c) O Governo Regional deve rever o actual modelo de transporte marítimo de mercadorias entre os Açores e Portugal Continental, e inter-ilhas, de modo a potenciar as ligações directas entre o Porto da Praia da Vitória e os portos de Lisboa e Leixões, e os demais portos das Ilhas dos Açores, permitindo baixar os preços dos fretes marítimos, e dando corpo à Plataforma Logística da Praia da Vitória;
- d) O Governo Regional deve equipar os portos da Praia e os Portos do Grupo Central com as gruas e os equipamentos necessários ao eficiente manuseamento de cargas, garantindo a redundância dos equipamentos, em caso de avaria, por forma a reduzir os custos do transporte marítimo de mercadorias e potenciar o funcionamento da plataforma logística da Praia da Vitória.
- e) O Governo da Republica deve potenciar melhorias nas condições do concurso de transporte de carga aérea entre o continente e as ilhas, incluindo, se for o caso, a liberalização parcial e a divisão dos Açores em zonas que sejam mais apetecíveis em termos concursais;
- f) O Governo da República, através da Anacom, deve exigir prazos mais curtos para a entrega de carga postal em todas as ilhas da Região, de modo a ter prazos mais curtos em todas as ilhas, fazendo-os convergir para os padrões internacionais de referência.

- g) O Governo da República deve criar condições, com os CTT, para a retoma do desalfandegamento postal da ilha Terceira;

2. Ligações inter-ilhas de passageiros e carga

- a) O Governo Regional deve providenciar um navio com condições para transporte de passageiros, viaturas e carga, para operar na Linha Lilás, até à construção do novo equipamento que substituirá o Mestre Simão;
- b) O Governo Regional deve garantir a ligação da Linha Lilás também à Ilha Graciosa;
- c) O Governo Regional deve proceder à construção imediata da rampa ro-ro em Angra do Heroísmo;
- d) O Governo Regional deve construir uma gare de passageiros adequada às condições de operacionalidade do Porto das Pipas;

3. Ligações aéreas de passageiros com o exterior

- a) O Governo Regional deve cumprir com o que afirma no caderno de encargos da privatização de 49% do capital da Azores Airlines, recuperando a rota Terceira-Porto.
- b) O Governo Regional dos Açores deverá reforçar a operação da Azores Airlines na Ilha Terceira.

4- Ligações marítimas de passageiros com o exterior

- a) O Governo Regional deve obter junto do Governo da República e das FEUSAÇORES, as autorizações que forem necessárias para a construção de um Terminal Marítimo de Passageiros, para “Ferries” e Navios de Cruzeiro, no molhe norte do Porto da Praia da Vitória,

também conhecido por “cais dos Americanos”, bem como dar início à obra, de acordo com os projectos já existentes;

- b) O Governo da República deve integrar o Porto da Praia da Vitória nas auto-estradas marítimas europeias, como nó de ligação nas rotas para o continente americano.
- c) O Governo da República deve acelerar a implementação do “Bunkering” e abastecimento de GNL (Gás Natural Liquefeito) no Porto da Praia da Vitória;
- d) Os Governo Regional e da República devem concretizar todas as medidas necessárias à rápida concretização da Plataforma Logística de Mercadorias, Internacional, no Porto da Praia da Vitória.

Angra do Heroísmo, 11 de Maio de 2018

CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA
Praça Francisco Ornelas da Câmara
9760-851 Praia da Vitória

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Permanente da
Economia da Assembleia Legislativa
Regional Autónoma dos Açores
Dr. Miguel Costa
micosta@alra.pt

S/ Ref.

S/ Data

N/ Ref.
Circular n.º 3/2018

Data
03-07-2018

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 81/XI –
“CONSTRUÇÃO DE UM CAIS DE CRUZEIROS NA ILHA TERCEIRA, NO MOLHE
NORTE DO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA”**

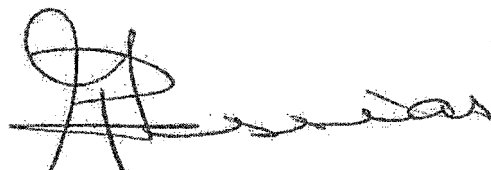
Relativamente ao solicitado no vosso ofício com a referência n.º 2148, datado de 16 de maio último, sobre o Projeto de Resolução mencionado em epígrafe, informo V. Ex.ª de que o Conselho de Ilha da Terceira na sua reunião ordinária realizada no dia 29 de maio de 2018, aprovou por unanimidade a seguinte proposta e recomendação:

“O Conselho de Ilha considera que o Governo Regional dos Açores deve aprofundar os estudos, bem como os contactos diplomáticos com vista à rápida construção de um cais de cruzeiros no molhe Norte do Porto da Praia da Vitória para melhor servir a Terceira não a excluindo da rota dos cruzeiros que demandam o Atlântico Norte.

O Conselho de Ilha considera igualmente que a construção do Cais de Cruzeiros não pode inviabilizar ou atrasar a construção da rampa ro-ro em Angra do Heroísmo.”

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Ilha



Paulo Manuel Ávila Messias

FM

Conselho de Ilha da Terceira - geral@cmpv.pt

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 2437	Proc. n.º 109
Data: 01/07/05	N.º 81/XI